



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

PROGRAMAÇÃO REGIONAL DE TELEVISÃO UMA PERSPECTIVA DE DEFINIÇÃO DOS EMISSORES DAS MENSAGENS TELEVISIVAS NO ESPÍRITO SANTO¹

Carla Pollake da Silva

Mestranda em Ciências da Comunicação na Universidade Metodista de São Paulo

Introdução

De acordo com a Constituição de 1998, as emissoras de rádio e televisão devem ter como prioridade a valorização do produto regional. Segundo o artigo 221, do Capítulo V que diz respeito à Comunicação Social:

Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I – preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II – promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III – regionalização da produção cultural, artística, jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Os incisos II e III, principalmente, primam pela produção regional, educativa e artística local, pela valorização dos costumes populares, enfim, pelo respeito às particularidades culturais de cada região, e é a partir deste ponto que desenvolveremos o estudo a seguir, tendo como objeto o maior veículo de massa: a televisão.

Nosso objetivo principal foi tentar conceituar “programação regional de televisão”, ou mais especificamente, “programa regional”, já que, na realidade, não existe dentro da legislação brasileira de radiodifusão, nenhuma definição do que vem a ser uma televisão regional e, posteriormente, como deve ser efetuada uma grade de programação local. Colocamos aqui essa visão – definição - a partir da opinião dos

¹ Trabalho apresentado na Sessão de Comunicações – Temas Livres, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 03. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

emissores das mensagens – no caso, as emissoras afiliadas às cabeças de rede em sinal aberto – no Espírito Santo.

Neste estado estão em sinal aberto as seguintes afiliadas: TV Gazeta (Rede Globo), TV Capixaba (Rede Bandeirantes), TV Vitória (Rede Record), TV Tribuna (Sbt) e TVE (TV Educativa e TV Cultura).

Esse tema foi escolhido por um motivo principal: a escassez de estudos sobre o processo de regionalização da TV no Espírito Santo (e mesmo no Brasil).

Todos os programas locais, de todas as emissoras de sinal aberto, foram assistidos e gravados sendo anotadas as particularidades de cada um (horário de exibição, duração, periodicidade, a que público se destina, assuntos abordados, etc.), mas como o objetivo principal seria o ponto de vista dos emissores – emissoras afiliadas - o estudo foi realizado, principalmente, através de entrevistas feitas aos diretores de programação local de cada emissora do estado. Cada representante expôs sua opinião dentro do contexto vivido dentro da emissora que representa

Já que estamos tratando de regional e regionalismo, não podemos deixar de ter um olhar global, antes mesmo do regional, já que vivemos a “era da globalização da informação”, onde a chegada das tecnologias – TV a cabo, internet, satélites etc., aliada a novas formas de comunicação tem um papel fundamental dentro dessa nova realidade onde, às vezes, temos a impressão de não haver mais fronteiras. Todos os entrevistados colocaram suas reflexões sobre a questão regional, se inserindo neste contexto.

Mais do que divulgar opiniões, este trabalho pretende provocar uma reflexão sobre a importância dos veículos de comunicação na divulgação do regional, da cultura popular e da singularidade de cada região brasileira, que é a maior riqueza que temos.

A globalização da informação e regionalismos

Muitas vezes o termo *globalização* é usado genericamente, para vários fins, mas na verdade está diretamente relacionado a economia. Algumas pessoas ainda ficam confusas ao tentar conceitualizar globalização. Para esclarecer esta questão usamos a definição de Octavio IANNI,



A idéia da globalização está em muitos lugares, nos quatro cantos do mundo. Aparece nos acontecimentos e interpretações relativos a tudo que é internacional, multinacional, transnacional, mundial e planetário. Está presente na vida social assim como nas produções intelectuais. (...) Permite pensar o presente, rebuscar o passado e imaginar o futuro. Tudo pode ganhar outra luz, quando visto sob a perspectiva da globalização. (1992, p.114)

Dentro dessa idéia de aldeia global, os diversos receptores que podem pertencer a grupos diferenciados (etnias, religiões, classes, etc.) acabam recebendo o mesmo tipo de informação:

Articulados pelo alto, desde centros decisórios desterritorializados, recebendo aproximadamente as mesmas mensagens em todos os lugares, informando-se mais ou menos nos mesmos termos, sendo levados a pensar os problemas cotidianos, locais, regionais, nacionais, continentais e mundiais em forma mais ou menos homogênea (IANNI, 1992, p.114)

Dentro da terceira onda, onde a tendência é cada vez mais a informação global, como criar espaços para o que acontece na esquina da nossa casa? Correa (1993) apresenta uma proposta para esta questão: "Simples: dividindo continuamente o seu sinal. Dessa forma a rede de TV se fragmenta em tantos sinais quantos as emissoras compõem. A comunidade tem uma janela para o mundo, e ao mesmo tempo para a sua própria realidade, (...) sintonizada com o que acontece no Brasil, sem perder o contato com seu vizinho." (1993, p.29) As pessoas gostam de saber sobre a vida de artistas famosos, de ídolos – seja do futebol, da televisão, música etc – e mal sabem qual o nome dos seus vizinhos e o que fazem. Edgard Rebouças (1999) levanta uma questão sobre a relação de proximidade que parece estar desaparecendo nas sociedades: "(...) que tipo de cidadãos teremos em uma sociedade formada por homens tão íntimos do Michael Jackson e que sequer conhecem seus vizinhos de porta?" (1999, p.78)

A partir destes conceitos de globalização podemos começar a refletir sobre o regional. Nas palavras de Octavio Ianni “em vez de ser um obstáculo à globalização, a regionalização pode ser vista como um processo por meio da qual a globalização recria a nação.” (1999, p. 29). Podemos dizer que a regionalização é a busca da volta à valorização da cultura popular e produção local. Para falarmos dessa “tal” regionalização, é necessário que façamos algumas considerações a respeito do regionalismo. Apesar de não ser um fenômeno atual, é difícil encontrarmos estudos e definições sobre esse movimento.

Ruben Oliven (1998) faz algumas considerações interessantes, e liga o regionalismo, em primeira instância, à política de uma nação. Ele diz que “o regionalismo estaria associado à emergência do Estado e uma configuração territorial que assumiu historicamente (...) então, a conotação política do regionalismo varia de acordo o contexto social e a época em que está inserido.” (p.71) Oliven (1998) cita autores que já estudaram e estudam o fenômeno do regionalismo, e faz observações e ponderações. Ele ressalta que, em essência, o regionalismo não se constitui num fenômeno cultural. Markusen, segundo Ruben Oliven (1998), sugere que em muitos



casos ele deve ser pesquisado numa instância intermediária, na qual as forças culturais podem ser muito atuantes na formação das lutas regionais.

Do ponto de vista do contexto histórico-político, a República Velha se caracterizou pela descentralização política e a administrativa; na República Velha reverte essa tendência e acentua uma crescente centralização nos mais variados níveis. A partir desse período é criado um aparelho do Estado mais centralizado e o poder se desloca crescentemente do âmbito regional para o nacional. Menos de um mês após a implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas mandou realizar a cerimônia da queima das bandeiras estaduais. Essa cerimônia marca simbolicamente uma maior unificação do país e um enfraquecimento do poder regional e estadual.

A queima das bandeiras pode ser vista como um ritual de unificação da nação. As correntes contrárias a essa “unificação” começam a surgir com a luta pela redemocratização do país e o processo de abertura (que marcou o fim do ciclo militar). Assim, apesar – ou talvez por causa – da crescente centralização, observam-se atualmente tendências contrárias a elas, que se manifestam através da ênfase da necessidade de um verdadeiro federalismo, da proclamação das vantagens de uma descentralização administrativa, e da afirmação de identidades regionais e estaduais que evidenciem suas diferenças em relação ao resto do Brasil.

A afirmação de identidades regionais no Brasil pode ser encarada como uma reação a uma homogeneização cultural e como forma de salientar diferenças culturais. Essa redescoberta das diferenças sugere que no Brasil o *nacional* passa primeiro pelo *regional*, e ainda encontra um reforço de sua manifestação no *local*.

Regionalização da TV

A regionalização, apesar de todo o contexto histórico existente, ainda é um fenômeno pouco estudado, principalmente no que diz respeito a televisão. Segundo José MARQUES DE MELO¹,

No Brasil existe pouca bibliografia sobre o assunto porque as universidades não estudam os fenômenos brasileiros de televisão. Na verdade, a TV regional é uma necessidade. Em uma primeira fase a TV brasileira era totalmente regionalizada, para não dizer localizada, veio a fase da nacionalização, e agora nós precisamos é fazer uma articulação sadia entre o global, o nacional e o local. Acho que o maior problema é que as pessoas fazem televisão achando que estão fazendo livros, e televisão é entretenimento. As elites consideram que entretenimento é pecado, barbarismo. (informação verbal)

Alguns teóricos, já em 1962 - como Wright MILLS, segundo COUTINHO em 1972 -, acreditavam que os meios de comunicação, em especial a televisão, pelo seu caráter massificante, transformariam as populações em sociedades manipuláveis, sem opinião e sem base comunitária, pois a atuação das grandes redes nacionais tenderiam a



ditar tendências e padrões culturais nacionais. Mas a partir da década de 80 começaram a surgir as TV's regionais, abrindo um novo horizonte na discussão dos meios de comunicação de massa. Essas TV's, ainda ligadas às grandes redes², apresentavam tímidas produções regionais, principalmente na área do jornalismo.

Conforme Eduardo CORREA (1993, p.27),

para ser um veículo de integração nacional, a TV precisa tornar inteiro, completar, integralizar as qualidades e defeitos do espírito do gaúcho, do nordestino, do amazonense, de todos os brasileiros e de cada um deles. Não se trata de uma sedução, mas de uma conquista (...) Mas a TV chegou lá.

Antes de mais nada precisamos entender o que vem a ser uma televisão regional, uma programação regional e um programa regional. A partir daqui estaremos sempre trabalhando esses conceitos, seja através de dados ou informações verbais.

¹ - Entrevista concedida a esta pesquisadora no dia 30 de novembro de 2000, no Rio de Janeiro.

² - Com exceção da CNT e Gazeta, que posteriormente se fundiram.

Na realidade, não existe dentro da legislação brasileira sobre radiodifusão nenhuma definição do que vem a ser uma televisão regional e posteriormente como deve ser efetuada uma grade de programação local – ficando isto a cargo das emissoras cabeças-de-rede.

Já que são as afiliadas que trabalham diretamente com a produção regional, fomos ouvir³ a opinião dos diretores de todas as emissoras de sinal aberto do Espírito Santo (estado-foco para esta pesquisa). Para ter parâmetros, ouvimos também dois representantes de emissoras do Rio Grande do Sul⁴.

“O que é um programa regional?”, esta foi a pergunta-chave feita aos representantes das emissoras. O ponto comum, unânime, das respostas é que *um programa regional é aquele produzido no estado*. Mas atrelado a esse conceito vieram observações que consideramos relevantes. Por exemplo, o diretor-executivo da TV Vitória, Fernando Machado, o diretor de programação e produção da TV Capixaba, Luís Antônio Albuquerque, e o diretor de jornalismo e TV da Rede Tribuna, João Luiz Caser, concordam que um programa regional deve ser produzido no estado, mas não precisa necessariamente estar falando ou mostrando a região. “O programa Wesley Satler, por exemplo, mostra Vitória, Guarapari, mas também mostra Portugal, Canadá, e não deixa de ser um programa regional”, diz Fernando Machado.

Já o diretor de programação da TV Gazeta, Ricardo Alonso e a diretora regional do SBT (RS), Cristiane Finger, disseram que, além de ser produzido no estado, o programa deve falar do local e valorizar, sempre, as coisas da terra.



³ – Em entrevistas realizadas em dias e horários distintos – ver referências bibliográficas.

⁴ – Foi escolhido o Rio Grande do Sul por ser este estado sede da maior rede regional do Brasil: a Rede Brasil Sul (RBS)

O diretor de telejornalismo da RBS (RS), Raul Costa Junior, acredita que não basta um programa ser produzido no estado, ele tem que ter envolvimento comunitário⁵: “nós não acreditamos que basta um produtor chegar, entregar uma fita, colocar no ar e isso vai se caracterizar como um programa regional (...), tecnicamente até seria, mas isso não basta (...)” Tinoco dos Anjos, diretor presidente da RTV-ES concorda com Raul Costa Junior e reforça “Envolvimento com a comunidade é fundamental”.

Como vimos, ainda não há um consenso sobre o conceito do que é um programa regional. Apenas podemos afirmar que há um ponto de partida: deve ser produzido na região onde será veiculado.

São as afiliadas que decidem se vão colocar no ar programas regionais – nos horários disponibilizados pelas emissoras cabeças-de-rede – ou se continuam retransmitindo a produção nacional naquele espaço. Algumas emissoras acabam fazendo a segunda opção, pelo alto custo que uma produção regional gera.

A regulamentação do inciso III do artigo 221 da Constituição Federal⁶ é um dos projetos de lei que tramitam pelo Senado. O senador de Mato Grosso, Antero Paes de Barros, reapresentou um projeto que determina que 50% do horário nobre nas emissoras deverá ser destinado à produção da própria emissora. O projeto foi elaborado e apresentado pela primeira vez em 1988, mas foi arquivado porque o senador não se reelegeu. Na eleição de 1994, Antero Paes retornou ao Senado e reapresentou a proposta.

O senador justifica seu projeto dizendo que "o objetivo é defender a cultura regional. Se não for assim, vamos acabar ficando com a cultura do Rio e de São Paulo. Quero manter a diversidade cultural." (Boccatto, 2000, p.32).



⁵ – Raul Costa Junior define envolvimento comunitário como um conjunto de ações junto à comunidade, e ressalta que cada programa faz isso de uma forma, de acordo com a sua abordagem. Por exemplo, se for um telejornal como o *Bom dia, Rio Grande*, ele deve mostrar as ruas da cidade para fazer a previsão do tempo, ao invés de ficar mostrando o apresentador em estúdio falando das variações climáticas.

⁶ – Art. 221 inciso III - regionalização da produção cultural, artística, jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei;

Isso está gerando uma grande polêmica em torno da viabilidade comercial, pois uma produção tem um alto custo. Pelo que se pode constatar "há uma tendência mundial das redes de televisão de dar mais espaços à programação local. O problema é como fazê-lo". (Bocato, 2000, p.28)

Carlos Tourinho (1996), chefe de reportagem da TV Gazeta/ES, concorda com a alternativa pela qual prima o artigo da Constituição⁷:

(...) parece-me o mais sensato (...) a incrementação da produção regional. A regionalização (...) é hoje aspiração não apenas constitucional, ideológica ou de grupos isolados, mas também do empresariado que tem visão de futuro do próprio negócio. Afinal, o que vai diferenciar produtos lançados nas tevês de todo o país, nos subprodutos da indústria da informática, nos noticiários radiofônicos, na difícil concorrência com os jornais que vêm de fora, e ainda nos livrar do lixo reciclado que voltou a habitar as telinhas? O que vai diferenciar é o que está em nossa esquina. Porque esta esquina só existe aqui. A de fora é diferente. Pois bem, o mercado regional da comunicação se abre e nisso estão juntos profissionais e empresários. Vai sobressair-se quem fizer melhor, e isso vale para uns como para outros. (p.40)

Parece que, mais importante que as leis, são as próprias “leis de mercado”. A unanimidade dos diretores e gerentes de emissoras do Espírito Santo e Rio Grande do Sul afirmam ser inviável economicamente uma produção regional que corresponda a 50% do horário nobre da TV. “O senador só pode estar brincando. Não existe essa de impor assim. Se você fizer uma coisa que seja boa no mercado regional, essa coisa vai acontecer”, opina o diretor executivo da TV Vitória – atualmente, emissora com maior grade horária de programação local do Espírito Santo -, Fernando Machado.

Ricardo Alonso, gerente de programação da TV Gazeta – afiliada da rede Globo no Espírito Santo – diz que nenhuma emissora teria condição financeira de manter uma determinação desta, visto que produzir programas – regionais – é algo muito caro. Só a Rede Globo conseguiria cumprir a lei.”

⁷ – Carlos Tourinho concorda com a Constituição, mas não foi ouvido a respeito do projeto do Senador Antero Barros.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

O gerente de programação e produção da TV Capixaba – afiliada da Bandeirantes -, Luis Antônio Albuquerque concorda com Ricardo Alonso: “Se a Globo o fizer vai ser sucesso pra todo mundo. Mas você pode colocar o que você quiser em qualquer outra emissora no período das 20h às 22h, que se a Globo continuar com as suas novelas não dá. O público brasileiro é consumidor de novelas”.

Apesar da soberania da programação nacional, nunca o regional esteve tão presente nas emissoras como estratégia de faturamento. A revista Meio & Mensagem de 16 de abril de 2001 – edição especial – traz como assunto principal a televisão aberta, e aborda, principalmente os aspectos da qualidade e audiência das produções. As cidades que mais estão apostando na programação regional são: Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Recife e Salvador. Principalmente nestes estados, a programação regional está sendo reformulada de forma a atrair a audiência e os anunciantes locais.

No Espírito Santo podemos considerar que o processo de interiorização da televisão teve seu início em meados dos anos 80, com a inauguração da TV Cachoeiro, que cobre o sul do estado. Em 1997 foi inaugurada a TV Norte, fortalecendo assim a cobertura realizada pelas outras duas emissoras. Quando a TV Norte comemorava um ano no ar, foi publicada no caderno 3 – jornal interno – da Rede Gazeta a seguinte declaração do diretor de operações, Carlos Lindenberg Neto: “Somos uma organização que atende ao mercado do Espírito Santo. Ao regionalizar nossas atividades, estamos atendendo às necessidades do público local, fechando espaços para os concorrentes e fortalecendo nossa imagem no estado”.

Com o sinal segmentado foi criada a oportunidade de cada região saber, através dos telejornais, o que está acontecendo na sua região, não se limitando às informações sobre a Grande Vitória. Isso é bom do ponto de vista da audiência – as pessoas se interessam mais pelo que lhes é familiar – e, por consequência, da credibilidade.

As outras emissoras do estado até manifestaram o desejo de se interiorizar, mas por enquanto mantém seus sinais centralizados na capital.

Um dos grandes empecilhos à produção de programas locais, apontados pelo diretores de emissoras de televisão no Espírito Santo, é o alto custo. O diretor de programação e produção da TV Capixaba, Luis Antônio Albuquerque, confirma: “se você quer fazer um programa de qualidade tem bons equipamentos, profissionais especializados, ilhas de edição disponíveis, e isso tudo gera um alto custo nem sempre recompensado comercialmente”. Além do alto custo, o diretor de programação da TV Gazeta, Ricardo Alonso, aponta o “padrão Globo de qualidade” como barreira para a produção local, principalmente nas suas afiliadas: “a Globo tem um excelente padrão de qualidade e as suas afiliadas não podem deixar essa qualidade cair”.

José MARQUES DE MELO, por sua vez, esclarece⁸,



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

a produção local é cara se ela não for sintonizada com a demanda da população, se a população se interessa pelo que é veiculado, os anunciantes vem em seguida. O problema é que as empresas não querem investir em pesquisa, nas análises das demandas. Já querem fazer lucrando, tem que haver investimento.

O diretor da TV Vitória confirma a dificuldade de se traçar perspectivas de audiência sem uma análise: “ aqui no Espírito Santo é complicado pois não temos o Ibope⁹. Este mês¹⁰ nós encomendamos uma pesquisa sobre os hábitos dos capixabas, mas isso é muito caro e nem sempre é possível fazer”. Ricardo Alonso, da TV Gazeta, diz que não consegue trabalhar sem números: “você só sabe o que fazer com um programa se tem dados, números que apontem se ele vai ser bem aceito ou não, se ele tem público, mercado, ou não”.

⁸ – Em entrevista concedida a esta pesquisadora.

⁹ - Na verdade, o que não existe no estado é a pesquisa que o Ibope realiza com audímetros.

¹⁰ – Maio de 2001

Considerações finais

Junto com essa “onda” de produções locais, surge no Espírito Santo uma tendência: as produções independentes e terceirizadas, ou seja, a grade de programação regional pode ser ocupada por programas realizados por produtoras independentes. Para conceituarmos produções independentes e terceirizadas, tomaremos como referência a definição dada por Ana Sílvia L. D. Médola:

a produção independente é aquela que é totalmente executada por uma produtora de vídeo, sem qualquer participação da emissora de televisão, que é simplesmente insere um determinado produto na sua grade de programação (...) já a produção terceirizada é aquela onde a emissora participa da produção de forma direta ou indireta, em maior ou em menor grau, ora pagando a produtora principalmente pelo suporte estrutural necessário para a realização do programa em vídeo, ora realizando um trabalho conjunto (1997, p.71)



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Mas o termo mais utilizado no estado, atualmente, é “parceria”, uma espécie de trabalho conjunto entre produtoras e emissoras. Esses conceitos e tendências são objetos da continuação deste estudo.

Acreditamos que o maior benefício que a regionalização da televisão traz para as emissoras é a credibilidade que gera mediante os seus telespectadores. E se um veículo tem credibilidade, a audiência se torna uma consequência. cremos que se uma emissora se preocupa em mostrar as notícias locais, as manifestações culturais, e traz para o âmbito regional questões, inclusive, nacionais, ela estará criando uma identidade com o público local.

Se vai demorar ou não, é uma dúvida, mas é notório que o processo de regionalização, onde a programação local está se tornando a "menina dos olhos" das emissoras regionais, já é uma realidade. Luís Antônio, diretor de programação da TV Capixaba afirma que “a emissora que não mantiver uma identidade regional com a comunidade onde ela está, está fadada ao fracasso.”

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Luís Antônio. Programação regional. Entrevistadora: Carla Pollake da Silva. Vitória, 16 de maio de 2001.

ALISSON, Ávila. Grade com bombachas e chimarrão. Meio & Mensagem. São Paulo, p. 6, 16 de abril de 2001.

ALONSO, Ricardo. Programação regional. Entrevistadora: Carla Pollake da Silva. Vitória, 21 de maio de 2001.

BARROS, Antero Paes de. Projeto de lei do Senado Nº 202, de 1999. Documento. Brasília. Disponível em: «www.senado.gov.br/web/senador/antero» Acesso em: 21 abr. 2001.

BENJAMIN, Roberto. Culturas regionais: permanências e mudanças em tempo de globalização. In: BOLAÑO, C.R.S. (Org.) Globalização e regionalização das comunicações. São Paulo : EDUC : Univer. Federal de Sergipe, 1999.

BOCCATO, Paulo. Mais programação regional. Tela Viva, São Paulo, n. 89, jan. 2000.

CASER, João Luiz. Programação regional. Entrevistadora: Carla Pollake da Silva. Vitória, 25 de maio de 2001.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

CORREA, Eduardo. Televisão, o veículo do Brasil. Mercado Global. São Paulo, n. 92, 4º trim. 1993.

COUTINHO, Lurdes Ferreira. Adolescentes e Televisão – estudo junto a adolescentes ginásianos na cidade de Londrina. Tese de Doutorado, USP, Psicologia, 1972.

FINGER, Cristina. Programação regional. Entrevistadora: Carla Pollake da Silva. Porto Alegre, 02 de maio de 2001.

IANNI, Octavio. A sociedade global. 3. Ed. São Paulo : Civilização Brasileira, 1994.
IANNI, Octavio. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. In: BOLAÑO, C.R.S. (Org.) Globalização e regionalização das comunicações. São Paulo : EDUC : Univer. Federal de Sergipe, 1999.

JUNIOR, Raul Costa. Programação regional. Entrevistadora: Carla Pollake da Silva. Rio de Janeiro, 30 nov. 2000.

MÉDOLA, Ana Sílvia Lopes Davi. A produção independente na televisão do interior: o caso de Bauru. In: MATTOS, Sérgio. A televisão e as políticas regionais de comunicação. São Paulo : Intercom, 1997.

MELO, José Marques. Regionalização da televisão. Entrevistadora: Carla Pollake da Silva. Rio de Janeiro, 30 nov. 2000.

OLIVEN, Ruben George. Velhos e novos regionalismos: o Rio Grande do Sul e o Brasil. Lugar Comum, Rio de Janeiro : NEPCOM/UFRJ, nº 4, 1998.

REBOUÇAS, Edgard. Desafios da Televisão brasileira na era da diversificação. In: MATTOS, Sérgio (Org.). A televisão na era da globalização. Salvador/São Paulo : Intercom, 1999.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Programação regional de televisão

Uma perspectiva de definição dos emissores das mensagens televisivas no Espírito Santo

Carla Pollake da Silva

Universidade Metodista de São Paulo

Resumo



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

A reflexão a respeito da regionalização da televisão, tendo como parâmetro a programação regional no Espírito Santo é o objeto principal deste estudo. Tendo como função principal – e inicial, já que este paper é uma vertente de um estudo maior – encontrar um conceito para o que vem a ser “programação regional”, já que a legislação de radiodifusão brasileira não o tem, o presente estudo utiliza como parâmetro a opinião e visão dos emissores das mensagens televisivas no Espírito Santo – emissoras de TV afiliadas – através das declarações dos diretores de programação regional de cada uma das cinco emissoras pesquisadas.

Palavras-chaves. Regionalização da televisão, programação, conceito (definição).